

HABEAS CORPUS Nº 548.882 - SP (2019/0358271-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GETULIO VARGAS ZONATO PECANHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GETULIO VARGAS ZONATO PECANHA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeira instância, juntamente com um corréu, como incurso, em concurso material, por duas vezes, no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, à pena de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e pagamento de 40 (quarenta) dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, provido para reduzir as penas para 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 3 (três) dias de reclusão e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa. O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 65):

APELAÇÃO ROUBO AGRAVADO – CONCURSO DE AGENTES MATÉRIA PRELIMINAR DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA AUSÊNCIA DE NULIDADE QUANTO AO RECONHECIMENTO DOS RÉUS FORMALIDADE NÃO É ESSENCIAL À VALIDADE DESTA ESPÉCIE DE PROVA AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES REDUÇÃO DAS PENAS REGIME FECHADO COMPATÍVEL COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DAS PRÁTICAS ILÍCITAS EM TELA RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Na presente impetração a defesa assere que o paciente faz jus ao reconhecimento da atenuante da confissão, com a consequente readequação da pena.

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator